



## Davi apresenta em Plenário PEC da Reforma Tributária

Proposta escolhida pelos líderes partidários foi aprovada em comissão da Câmara em dezembro. Texto recebeu assinatura do presidente do Senado e de mais 65 senadores

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, apresentou ontem, em Plenário, uma proposta de emenda à Constituição sobre a reforma tributária. O texto, que tem como base uma PEC aprovada em comissão especial da Câmara dos Deputados em dezembro, começará a ser analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O relator será o senador Roberto Rocha.

Davi disse não ter dúvidas de que o Senado, como Casa da Federação, sabe da importância dessa votação para destravar a economia e desburocratizar a vida dos brasileiros, simplificando as diferentes regras tributárias. Segundo ele, o tema será analisado logo após a reforma da Previdência. Os senadores elogiaram a iniciativa. **3**



Kátia Abreu assina a proposta de emenda à Constituição, acompanhada por Roberto Rocha, que será o relator na CCJ, e pelo presidente Davi Alcolumbre

Roque de Sá/Agência Senado

**Dívida rural coletiva poderá ser individualizada **3****

**Volta a comissão texto sobre gasto com presos **3****

**Prazo para medidas cautelares vai a sanção **3****

**Instituição Fiscal Independente terá novo diretor **4****

**Acordo com União Europeia divide opiniões **7****

### Redução de impostos sobre importados pode cair

Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos decidiram ontem apresentar um projeto de decreto legislativo para anular a portaria do Ministério da Economia que reduz a alíquota

do Imposto de Importação de bens de capital e de informática e telecomunicações. A comissão também aprovou convite para o ministro da Economia, Paulo Guedes, explicar a medida. **5**



Presidida por Omar Aziz (C), a comissão decidiu ontem apresentar o projeto, após ouvir reclamações de empresários



Terra disse na CDH, dirigida por Paim, que teme consumo generalizado

### Governo e famílias divergem sobre uso medicinal da maconha

O ministro Osmar Terra reforçou ontem em debate a posição contrária do governo à liberação do cultivo da *Cannabis sativa* com

fins medicinais. A opinião contrariou famílias que defendem o uso terapêutico para reduzir sintomas de doenças como epilepsia. **8**

### Vai à sanção projeto que dispensa o habite-se na averbação de residências familiares

O Plenário aprovou ontem projeto que agiliza e barateia a regularização de casas térreas construídas há mais de cinco anos. O texto vai à sanção. Apre-

sentado pelo senador Irajá quando ainda era deputado, o projeto dispensa o habite-se no processo de averbação das residências de uma única família. **2**

### Professor de educação física deve ser obrigado a ter diploma para dar aulas

Projeto que exige diploma de licenciatura em educação física para professores da disciplina foi aprovado ontem, em turno suplementar, pela Co-

missão de Educação Cultural e Esporte. O texto isenta da exigência apenas as escolas rurais e as cidades com menos de 5 mil habitantes. **6**

Marcos Oliveira/Agência Senado

Genildo Magalhães/Agência Senado

# Aprovado texto que facilita regularização de casas

Projeto, que vai a sanção, torna mais simples e barata a averbação de residências de uma única família, construídas há mais de cinco anos e que tenham só um pavimento. Intenção é aquecer o mercado

**PROPOSTA QUE AGILIZA** e barateia a regularização de casas térreas construídas há mais de cinco anos foi aprovada em Plenário ontem e agora aguarda sanção. Apresentado pelo senador Irajá (PSD-TO) quando ainda era deputado federal, o PLC 164/2015 muda a Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/1973) para dispensar o habite-se no processo de averbação das residências de uma única família.

A averbação de um imóvel é a mudança de informações no registro em cartório. Ela é necessária sempre que o dono fizer nova construção ou demolição, realizar uma grande alteração estrutural, tiver mudança de estado civil ou transferir a propriedade para outra pessoa. Muitas vezes as construções são expandidas sem a autorização da prefeitura e permanecem irregulares, apesar de o terreno



Irajá apresentou a proposta quando ainda era deputado

pertencer legalmente à família. O projeto diminui a burocracia para a regularização das construções unifamiliares que tenham apenas um pavimento. A medida vale somente para residências, e não lojas.

Para o relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), o projeto significa “um avanço na regularização registral

dos imóveis de inúmeras famílias brasileiras, com largo alcance social, e se mostra absolutamente compatível com a Constituição”. Com a regularização, fica permitido o financiamento do imóvel, o que pode aquecer o mercado e promover novos negócios.

Anastasia fez alguns reparos ao texto ao substituir o termo “alvará de construção”, previsto no projeto original e que não é exigido na averbação de construções no registro de imóveis, por “habite-se”, expressão adotada pela lei de regularização fundiária urbana (Lei 13.465 de 2017) e capaz de abranger as diferentes nomenclaturas utilizadas pelas prefeituras.

— Não é para alterar o registro, que é a prova da propriedade, mas tão somente dispensar o habite-se para as construções unifamiliares construídas há mais de cinco anos — disse o relator.

## Privatização de elétricas é criticada em audiência

A audiência pública de ontem da comissão mista que examina a Medida Provisória 879/2019 foi marcada por críticas ao processo de privatização no setor elétrico e aos prejuízos acumulados pelas empresas envolvidas. A MP autoriza a União a pagar até R\$ 3,5 bilhões à Eletrobras como reembolso de gastos com combustível para a geração de energia termelétrica nos estados do Norte.

O diretor técnico da Companhia Energética de Roraima

(CERR), Jonas Trachynski, frisou que o período de gestão compartilhada da Eletrobras com a CERR resultou em prejuízo e obras incompletas, o que levou a empresa a perder a concessão. Em seguida, a CERR foi vendida por valor simbólico à Roraima Energia.

O diretor-presidente da Amazonas Energia, Tarcísio Rosa lembrou que a empresa distribuidora também trabalha com geração, de modo que “a conta não fecha”. Ele alertou para a ineficiência acumu-

lada ao longo do tempo, mas disse que espera resultados positivos das 87 usinas, principalmente de produtores independentes, que estão em construção no estado.

A representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários, Fabiola Latino Antezana, argumentou que a venda das empresas causa prejuízo a toda a população por meio de aumentos das tarifas, da flexibilização dos índices de qualidade e da demissão de trabalhadores.

## Contarato pede CPI para investigar postura de Moro

O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) propôs ontem a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar suposta quebra do princípio da imparcialidade do ex-juiz e atual ministro da Justiça, Sergio Moro, quando presidiu várias ações penais.

Ele citou a Constituição,

que estabelece que “a todos os litigantes, em processo judicial ou administrativo, são assegurados o contraditório e a ampla defesa”. Também o artigo 254, do Código de Processo Penal, que diz que o juiz se dará por suspeito “quando ele for amigo íntimo ou inimigo capital de uma das

partes ou se houver orientado quaisquer das partes”.

— Eu não posso me omitir diante de tamanha violação como a que está sendo veiculada pela imprensa. Mesmo que eu seja julgado pela população. Eu não quero fazer parte de 81 senadores que se acovardaram — afirmou.

## Plínio Valério pede transparência no Fundo Amazônia

Plínio Valério (PSDB-AM) cobrou transparência quanto à seleção de projetos



Gerardo Magela/Agência Senado

financiados com recursos do Fundo Amazônia, geridos pelo BNDES. Para ele, é possível que o orçamento do fundo, que é doado por Noruega e Alemanha, não esteja sendo utilizado em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal.

## Eduardo Gomes agradece criação de universidade

Eduardo Gomes (MDB-TO) agradeceu ontem ao presidente Jair Bolsonaro por sancionar a lei que cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).



Moraine Menezes/Agência Senado

— Para discutir assunto político, não basta ser sensível, tem que ser corajoso para admitir, discutir, apontar o melhor caminho, e é por isso que, com muita satisfação, eu registro aqui, em meu nome, em nome do estado do Tocantins, a nossa eterna gratidão.

## Marcos Rogério celebra acordo com União Europeia

Marcos Rogério (DEM-RO) comemorou o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a



Gerardo Magela/Agência Senado

União Europeia, que envolve um mercado de quase 800 milhões de consumidores e deve beneficiar Rondônia no comércio de carne bovina.

— Um dos assuntos que tratei no Japão, em março último, quando lá estive a convite do governo japonês, foi justamente a retirada de restrições para a importação de nossa carne.

## Telmário Mota critica gestão de Boa Vista

Telmário Mota (Pros-RR) criticou ontem os administradores de Boa Vista. Para ele, a



Gerardo Magela/Agência Senado

capital de Roraima, que celebra 129 anos, tem enfrentado muitos percalços em relação a educação, saúde, segurança e habitação. Nesse cenário, os gestores têm preferido investir em paisagismo em vez de desenvolvimento econômico e geração de renda e emprego, afirmou.

— Externo aqui meu apreço por essa cidade tão abençoada e tão castigada.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Visto de trabalho para jovens**  
9h Entre 23 itens, o PL 1.928/2019, que cria o visto de trabalho simplificado para jovens. Às 14h30, sabatina para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- CDR Rota turística**  
9h O PLC 137/2017, que cria o Sistema Nacional e a Política Nacional de Economia Solidária, é um dos 2 itens.
- CE Instituições comunitárias**  
9h30 Audiência sobre instituições comunitárias de educação superior.
- CAE Preço do gás de cozinha**  
10h Audiência para discutir política de preços do gás de cozinha.
- CCJ Eleição para as Mesas do Congresso**  
10h Entre 33 itens, a PEC 1/2019, sobre voto aberto para as Mesas do Congresso.
- CCT Tecnologia na agricultura**  
10h Audiência para discutir contribuição da tecnologia para a agricultura.
- CRE/CDH Refugiados**  
10h Audiência conjunta para debater a situação dos refugiados no país.

- CRA Defesa agropecuária**  
11h Entre 8 itens, o PL 2.993/2019, que estabelece requisitos de transparência ativa na administração pública federal em matérias sobre defesa agropecuária.
- PREVIDÊNCIA Governadores**  
14h Audiência com os governadores do Piauí, do Rio Grande do Sul e do Paraná.
- CMA Política pública**  
14h Após plano de trabalho de avaliação de política pública, pauta de 10 itens.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
14h Na pauta, o PLC 26/2018, sobre edificações ao lado de rodovias e ferrovias.
- ESPORTE Plano nacional**  
14h Audiência para debater o Plano Nacional do Esporte.
- CMO LDO 2020**  
14h30 Na pauta, o PLN 5/2019, sobre a LDO 2020.
- MP 884/2019 Cadastro Ambiental Rural**  
14h30 Instalação e eleição.
- MP 885/2019 Venda de bens do tráfico**  
14h40 Instalação e eleição.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### RÁPIDAS

#### CONGRESSO DECRETA LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS POR MORTE DE JOÃO GILBERTO

O Congresso Nacional decretou luto oficial por três dias pela morte do cantor e compositor João Gilberto, ocorrida no sábado. O pedido foi feito ontem pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e colocado em votação no Plenário do Senado pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre.

#### AVANÇAM PECS SOBRE CONCESSÕES E PEDIDOS DE VISTA NOS TRIBUNAIS

A PEC 39/2015, que normatiza as concessões e permissões de serviços públicos por lei complementar, passou pela segunda sessão de discussão em Plenário, assim como a PEC 82/2019, que disciplina os pedidos de vista e dispõe sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de cautelares por tribunais.

#### COMISSÃO ESPECIAL DEBATE REFORMA DA PREVIDÊNCIA COM TRÊS GOVERNADORES

A comissão especial que acompanha a reforma da Previdência debate hoje, com os governadores do Piauí, Wellington Dias, do Paraná, Ratinho Junior, e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, a PEC 6/2019, que estabelece que constituições estaduais definirão idade mínima para os servidores com regime próprio.

# PEC da Reforma Tributária é apresentada em Plenário

Texto escolhido pelos líderes partidários é a proposta relatada pelo ex-deputado Luiz Carlos Hauly e aprovada em comissão especial da Câmara em dezembro. Senadores elogiaram a iniciativa

FOI APRESENTADA ONTEM, no Senado, a proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre a reforma tributária. A PEC 110/2019 é uma iniciativa de líderes partidários e tem como primeiro signatário o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, apoiado por mais 65 senadores. A proposta começará a ser analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— Não tenho dúvidas que o Senado, como Casa da Federação, terá a consciência da importância dessa votação para destravarmos a economia, desburocratizarmos a vida dos brasileiros e simplificarmos as relações em um país de dimensões continentais, com muitas portarias, muitos decretos, muitas legislações, uma em cada estado, que enlouquecem a vida dos brasileiros — disse Davi ao anunciar ao Plenário



Entre Bezerra e Randolfe, Davi destaca a importância da reforma para o país

a apresentação da proposta. O texto tem como base a PEC 293/2004, já aprovada em comissão especial da Câmara em dezembro, sob a relatoria do ex-deputado Luiz Carlos Hauly. Ele participou, pela manhã, de encontro com senadores na residência oficial da Presidência do Senado.

Após a apresentação da PEC, a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), anunciou

em Plenário a indicação do Roberto Rocha (PSDB-MA) como relator. Para ela, o assunto é urgente e relevante, especialmente porque os brasileiros não querem mais ser reconhecidos como a população que mais paga impostos no mundo.

Para o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), a Casa assume o protagonismo em assuntos relevantes sem deixar de buscar o entendimento com o Executivo, para chegar a um texto que promova a simplificação tributária e a justiça fiscal.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) elogiou a iniciativa do Senado de assumir uma agenda de tanta relevância para os estados.

— A reforma tributária é um tema que pertence à União e aos estados. Por isso, é justo que esse tema comece a ser discutido pelo Senado.

O relator, Roberto Rocha, afirmou que ouvirá todos os senadores para analisar a proposta. Para ele, o Brasil precisa retomar a capacidade de investimento e o governo precisa fornecer segurança jurídica e um ambiente favorável aos negócios.

— O Brasil tem a maior carga tributária na indústria, 35%, tem a maior tarifa de energia elétrica para quem produz e tem os maiores encargos sociais.

## Senadores querem ouvir Receita Federal sobre proposta de reforma

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou que deverá ouvir na próxima semana o secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, sobre a proposta do governo federal para a reforma tributária.

— Fizemos o convite para que ele venha ao Senado fazer uma apresentação de uma hora sobre o que governo entende da proposta que está ainda em construção sobre uma boa reforma tributária — explicou.

Hoje os senadores devem se encontrar com o economista Bernard Appy, autor do texto-base de outra proposta (PEC 45/2019) que tramita na Câmara.

Para Alvaro Dias (Podemos-PR), o importante é a apresentação de um modelo tributário capaz de atender às exigências atuais.

— Consideramos essa a mais importante das reformas, com a capacidade de aquecer o mercado, alavancar o crescimento, gerar emprego, renda e de receita pública.

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) e Esperidião Amin (PP-SC) apontaram a PEC do ex-deputado Hauly como a melhor para o país.

— Essa proposta tem um escopo amplo, foi aprovada em comissão especial, não tem nada de novo — destacou Veneziano.

## Projeto sobre gasto com preso retorna a comissão

O projeto que regulamenta o ressarcimento de gastos do Estado com manutenção de presos retornará à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para nova análise. O PLS 580/2015 tramita na forma de substitutivo da senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) e deve ganhar nova redação.

Segundo o texto, os presos mais ricos deverão pagar pelas suas despesas de imediato, com recursos de seu próprio patrimônio. Se não o fizerem, terão o nome inscrito na dívida ativa. Já os presos

sem condições financeiras poderão trabalhar durante o cumprimento da pena e destinar até 25% do dinheiro para indenizar o Estado.

O pedido para retirar o projeto da pauta do Plenário foi proposto pela própria Soraya, que considerou haver confusão entre os senadores sobre a medida. Diversas críticas ao projeto afirmavam que ele estaria criando uma pena adicional. Segundo ela, o texto é “muito mais simples” do que os seus colegas imaginam.

— A Lei de Execução Penal

já prevê a obrigação de o preso trabalhar, isso é antigo. Prevê a obrigatoriedade de o preso indenizar o Estado pelas despesas com a sua manutenção no presídio. A única coisa que fizemos foi detalhar — disse.

A presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), defendeu o retorno do texto à comissão. Ela também considerou que havia um erro de interpretação entre os senadores e destacou que apenas os condenados com melhores condições financeiras seriam afetados negativamente pela nova lei.

## Aprovada permissão de pagamento individual de dívidas rurais coletivas

O Plenário aprovou ontem proposta que facilita a individualização de dívidas rurais contraídas no Banco da Terra e por meio do programa Cédula da Terra, em contratos coletivos de produtores rurais e agricultores familiares. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 151/2017 segue para sanção presidencial.

O texto altera a Lei 11.775, de 2008, que criou medidas de estímulo para a quitação ou regularização de dívidas rurais e fundiárias firmadas em contratos coletivos de associações, consórcios ou cooperativas com o Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra) e por meio do Programa Cédula da Terra.

Com a mudança, fica permitido que a maioria dos integrantes de uma associação decida pela individualização das dívidas, em assembleia geral. Hoje a legislação condiciona a individualização de contratos à aprovação

unânime dos beneficiários de um empreendimento.

Para Kátia Abreu (PDT-TO), relatora na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a proposta vai facilitar a regularização da situação das famílias vinculadas a esses projetos e contribuir para a retomada do crédito e do investimento produtivo na agricultura familiar.

O Banco da Terra foi criado pela Lei Complementar 93, de 1998, para viabilizar o financiamento de programas de reordenação fundiária e de assentamento rural por meio de financiamentos individuais ou coletivos.

O Cédula da Terra foi fundado em 1996 para a aquisição de terras e financiamento da infraestrutura de produção nos assentamentos da reforma agrária, para trabalhadores rurais sem-terra e produtores que não possuam terra suficiente para garantir a sobrevivência da família.

## Vai à sanção presidencial projeto que impõe prazo para medidas cautelares

Medidas cautelares em ação direta de inconstitucionalidade (ADI) ou em arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) poderão passar a ter duração máxima de 180 dias, prorrogáveis por igual período para julgamento do mérito. No caso de mandado de segurança, os efeitos da liminar concedida também vão durar por seis meses, salvo se revogada ou cassada, devendo o mérito da ação ser julgado imediatamente ao fim desse período, sob pena de perda de eficácia.

A limitação da vigência

desses mecanismos jurídicos é disciplinada pelo PL 2.121/2019, aprovado ontem em Plenário. O texto, que segue para sanção, foi aprovado na forma do relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que apresentou uma emenda de redação.

Para Anastasia, o projeto “sana grave disfuncionalidade no desempenho da função jurisdicional”, porque a duração das medidas cautelares não deve se prolongar indefinidamente, pelo risco de ameaçar a legitimidade e a segurança do sistema judicial.

## Alvaro Dias destaca decisão sobre reforma tributária

Alvaro Dias (Podemos-PR) destacou ontem o entendimento dos líderes partidários sobre a discussão da reforma tributária. Ele relatou que o Podemos reuniu-se na semana passada com o ex-deputado Luiz Carlos Hauly para discutir uma proposta (PEC 293/2004) relatada por ele e decidiu subscrevê-la por inteiro.

— Levamos a proposta ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, em razão da importância dessa reforma, considerando que deve ser uma reforma da instituição, uma vez que o Senado é a Casa da Federação.



## Sistema tributário brasileiro é distorcido, diz Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que o sistema tributário nacional é distorcido. Para ele, isso acontece porque a tributação sobre o consumo é maior que sobre a renda. Diminuindo os impostos sobre o consumo, defendeu Paim, sobrarão mais dinheiro para as famílias, sobretudo as mais pobres.

— Queremos uma justiça fiscal que não penalize os que mais precisam. Quem ganha mais pague mais. Quem ganha menos pague menos. Para dar um exemplo: países de primeiro mundo, quase todos têm tributação sobre grandes fortunas, grandes heranças. Iate paga tributo, jet ski paga, jatinho paga, aqui no Brasil, não paga.

# Senado aprova novo diretor para Instituição Fiscal

Josué Alfredo Pellegrini já trabalhava como analista da IFI e vai preencher vaga aberta com a saída de Gabriel Leal de Barros. Também ontem ele foi sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos

O SENADO APROVOU ontem a indicação do consultor legislativo Josué Alfredo Pellegrini para ocupar o cargo de diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI). O indicado, que já trabalha como analista na IFI, vai preencher a vaga aberta em decorrência da saída de Gabriel Leal de Barros. A indicação foi aprovada por 64 votos a 1.

Relator da indicação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Eduardo Braga (MDB-AM) destacou a credibilidade da IFI e a competência de Pellegrini. Alvaro Dias (Podemos-PR) ressaltou a contribuição da IFI para o Senado e desejou sucesso ao novo diretor. Ele também agradeceu ao antigo diretor Gabriel Leal de Barros pelo trabalho feito na instituição.

## Sabatina

No início da tarde de ontem, Pellegrini foi sabatinado pela CAE e falou sobre o trabalho da instituição, que já elaborou, desde a criação, 29 edições do Relatório de Acompanhamento Fiscal. A IFI também fez notas técnicas e estudos sobre temas fiscais e sobre projetos



Pedro Franco/Agência Senado

Para Pellegrini, estados poderiam estabilizar despesas com reforma

em análise no Congresso, como a reforma da Previdência. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) já fizeram menções à instituição.

Braga fez um questionamento sobre quanto o governo deixará de ganhar com a exclusão da cobrança de contribuições previdenciárias sobre a exportação do agronegócio da reforma da Previdência. De acordo com Pellegrini, com a renúncia, o governo projeta

uma redução da economia prevista de R\$ 80 bilhões nos próximos dez anos.

— Se formos considerar a questão exclusivamente fiscal, o desejável seria que essa renúncia fosse retirada, como estava no início. É uma quantia considerável que contribuiria no impacto total da Previdência — afirmou.

Luiz do Carmo (MDB-GO) perguntou ao consultor sobre as alternativas da União para ajudar os governos estaduais a superar as dificuldades, já que os estados devem ficar de fora da reforma da Previdência. O sabatinado disse considerar que a situação fiscal dos estados e municípios é muito ruim e que a inclusão na reforma poderia pelo menos estabilizar as despesas.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) questionou sobre discrepâncias entre os resultados com a reforma da Previdência apontados pela IFI e pelo governo. De acordo com o senador, a economia mostrada por estudos da IFI é menor que a apontada pelo Executivo.

— Às vezes, cenários diferentes escolhidos levam a resultados diferentes — explicou.

## Vão a Plenário três indicados para conselho do MP

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem três indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Foram sabatinados as advogadas Fernanda Marinela e Sandra Krieger, indicadas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e o procurador regional Silvio de Amorim Junior, indicado pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Os nomes ainda precisam passar por votação no Plenário.

Segundo Fernanda Marinela, o CNMP tem a função de ser o fiscal da lei e de disseminar boas práticas dentro do Minis-

tério Público. Ao responder a questionamento do senador Renan Calheiros (MDB-AL) sobre a necessidade de um Código de Ética no CNMP, a advogada afirmou que o órgão precisa aperfeiçoar suas resoluções no que diz respeito ao controle disciplinar.

Já Sandra Krieger disse que o Ministério Público é essencial para a manutenção do Estado democrático de direito. Sobre os juízos de valor emitidos por membros no MP, o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) lembrou do aprendizado como membro do conselho da OAB.

— Entendi o quão impor-

ante é o Estado democrático de direito e que viver nele tem um custo. O custo de que os fins não justificam os meios, de que cada instituição deve ser fiel ao que está na lei, independentemente do resultado.

Amorim Junior afirmou que o CNMP já atua na indução de boas práticas do Ministério Público, mas criticou o que chamou de excessos em redes sociais por entes do MP.

— É necessário nesse aspecto equilibrar o dever de informar com a responsabilidade de não antecipar juízo de valor ou de julgamento.

## Relatório de MP sobre burocracia pode ser votado

A comissão mista da Medida Provisória (MP) 881/2019 volta a se reunir hoje, às 10h, para tentar votar o relatório preliminar do texto, que busca reduzir a burocracia para a iniciativa privada. A MP estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica, além de disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador. A medida instituiu a Declara-

ção de Direitos de Liberdade Econômica, para desburocratizar o empreendedorismo. A declaração define dez direitos para situações concretas, “com objetivo de alterar em caráter emergencial a realidade do Brasil”, segundo a exposição do governo sobre o ambiente de negócios no país.

O relatório foi lido ontem, mas não houve acordo para votar o projeto de lei de conversão do deputado Jerônimo

Goergen (PP-RS). Após a leitura, foi concedida vista coletiva.

Goergen acatou 126 das 301 emendas apresentadas à proposição, cujo prazo, já prorrogado, expira em 10 de setembro. O relator explicou que preferiu deixar fora do texto temas como as emendas relacionadas à atividade farmacêutica, por acreditar em um entendimento antes da votação do relatório na comissão mista.

## Plenário acata o nome de ministro do TST para o CNJ

O Senado aprovou com 64 votos favoráveis, 7 contrários e 1 abstenção a indicação do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Emmanoel Pereira para ocupar a vaga do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destinada ao tribunal (OFS 30/2019).

O ministro está no TST desde 2002 e atualmente é membro do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho.

Em sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o ministro relatou suas principais atividades, como a criação da Comissão de Conciliação. Hoje são 36 comissões no país.

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) defendeu a indicação do ministro.

— Expresso meu voto favorável à indicação não somente pelo apreço pessoal que tenho pelo ministro, mas também pela certeza do alto grau de competência que ele



Gerardo Magela/Agência Senado

Emmanoel Pereira ocupa vaga no TST desde 2002 e vai para o CNJ

expõe — explicou.

Eduardo Braga (MDB-AM), que relatou a indicação, se manifestou favoravelmente.

— O ministro tem uma vida dedicada à legislação, ao Judiciário e ao TST e agora, mais uma vez, é exemplo do trabalho bem-sucedido. O filho do ministro Emmanoel já cumpriu mandato no CNJ com apoio do Senado. Agora o nosso ministro Emmanoel Pereira vai ao CNJ — celebrou.

## Para Zenaide, governo deveria cobrar dívidas de grandes empresas

Zenaide Maia (Pros-RN) criticou ontem a reforma da Previdência.



Gerardo Magela/Agência Senado

Segundo ela, a PEC 6/2019, que teria o objetivo de tirar privilégios, na verdade, vai devolver à miséria as pessoas que tinham a esperança de ter uma aposentadoria com um mínimo de dignidade. A senadora destacou que a PEC está tirando direitos das pessoas que ganham até dois salários mínimos. Para ela, antes de mexer com os pobres, deveriam ser cobradas as dívidas dos grandes empresários.

## Reforma será terrível para trabalhadores e pobres, diz Humberto

Humberto Costa (PT-PE) disse ontem que a reforma da Previdência trará



Roque de Sá/Agência Senado

consequências terríveis para os trabalhadores e os mais pobres. Segundo ele, o PT reconhece a necessidade de ajustes e fez mudanças quando estava no governo. Mas, de acordo com o senador, as alterações se baseavam numa ideia de justiça. Assim, quem ganhava mais arcava com um sacrifício maior. Essa lógica, disse Humberto, foi descartada pelo governo de Jair Bolsonaro.

## Kajuru defende revisão da alíquota do Imposto de Renda

Jorge Kajuru (PSB-GO) defendeu a aprovação da reforma tributária.



Gerardo Magela/Agência Senado

Para ele, as alíquotas atuais do Imposto de Renda prejudicam os mais pobres e beneficiam os mais ricos. O senador afirmou que profissionais do entretenimento com faturamento superior a R\$ 500 mil, por exemplo, pagam uma alíquota de 6%. Enquanto isso, para um senador, que tem salário de R\$ 33 mil, a alíquota é de 27,5%.

— Só o pobre, realmente, paga imposto.

## Segundo Lasier, contas públicas dependem da Previdência

Lasier Martins (Podemos-RS) defendeu a aprovação da reforma da Previdência. O texto, disse, é importante para o equilíbrio das contas públicas e para o aumento de investimentos no país. O senador citou uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas que indica que o nível de investimento no Brasil é o menor dos últimos 50 anos. O investimento do setor público caiu de 4% do PIB, em 2013, para menos de 2% do PIB, em 2017, o mais baixo da história, disse.

— A raiz de tudo é a incerteza sobre a sustentabilidade das contas públicas no longo prazo — afirmou.

# Portaria que reduz tributos sobre importados pode cair

Editada em junho, a norma baixa a zero a alíquota para importação de máquinas e produtos de comunicação e informática. Comissão quer ouvir ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre o tema

DEPOIS DE OUVIR críticas de representantes da indústria nacional, senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiram ontem apresentar um projeto de decreto legislativo para derrubar a Portaria 309/2019, do Ministério da Economia, que estabelece regras para redução temporária da alíquota do Imposto de Importação para bens de capital e de informática e telecomunicações. A CAE também aprovou convite ao ministro da Economia, Paulo Guedes, para debater o assunto.

O senador José Serra (PSDB-SP) foi o primeiro a assinar o projeto, o qual, segundo ele, vai atacar uma norma que vai contra as indústrias no Brasil:

— Nunca vi uma medida tão mal feita, entreguista e vagabunda como essa portaria — afirmou Serra, que vai alinhar um texto juntamente com senadores e deputados.

Na Câmara, já existe um projeto semelhante, por isso a ideia dos parlamentares é que os textos das duas proposições sejam iguais para que a tramitação seja acelerada e a votação seja feita antes do recesso do meio de ano, previsto para começar em 18 de julho.

— Mais do que emblemático do ponto de vista político, o decreto legislativo é eficaz do ponto de vista prático. Temos que aprovar um texto nessa comissão com pedido de urgência para votarmos no Plenário. Não há explicação técnica ou macroeconômica que possa justificar essa portaria — afirmou Eduardo Braga (MDB-AM).

O conteúdo da portaria uniu parlamentares da oposição e governistas. Segundo eles, num momento em que se defende a retomada dos empregos no Brasil não é hora de reduzir alíquotas de produtos importados. O senador Jean Paul Prates (PT-RN) disse lamentar ver o Ministério da Economia sendo intervencionista a favor de países estrangeiros.

— Estamos diante de uma indústria nacional que, em vez de ser protegida, é atacada pelo próprio ministério — afirmou.

O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) deixou claro que o governo tem toda razão quando diz que a concorrência traz a eficiência. Todavia, segundo ele, fazer isso sem conversar antes com a indústria nacional é inadmissível:

— Como um burocrata escreve uma portaria dessas sem conversar com os que estão produzindo? Estamos fazendo



Serra (C) disse que vai costurar no Congresso texto para derrubar portaria

aqui o que eles deveriam ter feito: ouvir a indústria nacional e seus casos práticos. É nos casos práticos que enxergamos os absurdos das coisas. Se o governo tivesse lógica, teria de acabar com impostos sobre insumos de que a indústria precisa para operar. Todo insumo que não for fabricado no Brasil deveria ter imposto zero. Depois disso, numa tabela gradativa, ao longo dos anos, poderia-se apertar o torniquete, fazendo com que as empresas brasileiras concorram com as estrangeiras.

Editada em junho, a portaria regulamenta a aplicação do regime ex-tarifário na redução do Imposto de Importação sobre bens de capital e de in-

formática e telecomunicações. O regime ex-tarifário reduz temporariamente a alíquota de Imposto de Importação (de 14% para 0%) desses setores, visando à desoneração dos investimentos, quando não houver produção brasileira equivalente.

## Artigo

Representantes da indústria nacional questionam vários pontos da norma. Um deles é o artigo que determina que, se o produto feito no Brasil for pelo menos 5% mais caro que o importado, não será considerado como similar nacional, abrindo caminho para a importação com benefício fiscal.

## Fabricantes de eletrônicos temem desemprego e desindustrialização

Para representantes da indústria nacional, a portaria pode prejudicar a produção e afetar milhares de empregos. Segundo eles, a regra dos 5% mais caro que o importado prejudica parte da indústria brasileira, principalmente numa época em que as empresas sofrem com a burocracia, a falta de segurança jurídica e o custo Brasil.

O presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, José Jorge do Nascimento, disse que por trás da iniciativa está a defesa da abertura comercial feita pelo governo. O problema, segundo ele, é que pode haver uma desindustrialização que acarretará grande índice de desemprego.

— Não é justo que alguém produza no Brasil algo em condições distintas e quem produz fora chegue aqui com produto mais barato porque tem benefício tributário. A abertura comercial é fato, vai acontecer. O problema é como fazê-la. Não podemos desempregar gente nem fazer

as indústrias saírem do país. Não podemos fazer com que o risco de produzir no Brasil aumente.

O presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Humberto Barbatto, reclamou ainda de a portaria abrir a possibilidade do benefício tributário até mesmo para componentes usados. Segundo ele, haverá concorrência desleal, uma vez que no Brasil praticamente não há indústria de remanufaturados. Ele defendeu também a concessão do ex-tarifário somente mediante consulta preliminar à Receita Federal, para que “a porteira não seja aberta com toda a facilidade”.

— Não somos contrários à redução das tarifas de importação. Mas não é justo não considerar todo o universo tributário existente. Vamos tirar as tarifas dos produtos finais enquanto os bens intermediários de que necessito para fabricar o produto final continuam tarifados? Não me parece a melhor técnica para se fazer uma abertura.

# MP vai melhorar projetos de infraestrutura, aponta governo

Representantes do governo disseram ontem que a medida provisória que altera o funcionamento do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e expande o papel do BNDES no programa e em desestatizações vai possibilitar melhores projetos de infraestrutura no país. Em audiência na comissão mista que analisa a MP 882/2019, eles ressaltaram o novo instrumento que o BNDES poderá utilizar, chamado colação, para selecionar projetos que considerem não apenas o preço, mas também outras características mais avançadas.

A MP também amplia a esfera de responsabilidades do Dnit e reformula o funcionamento do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

O relator da MP, senador Wellington Fagundes (PL-MT), questionou se o instrumento da colação beneficiaria apenas grandes empresas.

O representante do Ministério da Economia, Eduardo de Araújo Jorge, afirmou que, como os projetos da área de infraestrutura são geralmente muito complexos, eles precisarão de empresas

que consigam atender a essa complexidade.

O representante da Secretaria Especial do PPI, Pedro Barros de Souza, esclareceu que o programa coordena e articula os vários atores da infraestrutura, como as agências reguladoras, o Tribunal de Contas da União, os ministérios e órgãos licenciadores. De acordo com ele, a medida visa aprimorar a atuação do PPI com a criação de uma secretaria de apoio ao licenciamento ambiental, a atuação em obras estratégicas para destravar obras públicas, a operacionalização do Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos (Faep) e a instituição do mecanismo de colação.

— A colação vem permitir, baseada em experiências de outros organismos multilaterais, de outros países, carregar mais no critério técnico em detrimento do preço e conseguir fazer melhores contratações e colocar para rodar essa fábrica de projetos — afirmou.

Segundo a representante do Ministério da Infraestrutura, Natália Marcassa, a MP ajudou a organizar a pasta para melhor gestão dos recursos.



Relator da medida, Wellington fala em audiência da comissão mista

## Com regularização, PIB de Rondônia dobra, diz Confúcio

Confúcio Moura (MDB-RO) chamou a atenção, em Plenário, para a necessidade de regularização fundiária de Rondônia. Segundo o senador, a economia do estado gira em torno da agricultura familiar e a falta de documentação das terras impede a expansão dos negócios do pequeno produtor.

— Lá, nós ainda temos mais de 70 mil posseiros! E esses posseiros não têm lastro cadastral para contrair empréstimos. Assim, na hora que a gente liberar esse povo, dar a eles o documento da terra, o PIB, a riqueza de Rondônia vai dobrar em cinco anos.



## Reguffe faz balanço dos trabalhos do primeiro semestre

Reguffe (sem partido-DF) fez um balanço do seu mandato no primeiro semestre e lembrou que, desde que assumiu o cargo, apresentou 11 propostas de emenda à Constituição (PECs) e 45 projetos de lei. O senador destacou que três propostas já foram aprovadas no Senado. Uma delas é o PLS 393/2015, em tramitação na Câmara, que obriga a publicação na internet da ordem dos pacientes à espera de cirurgias eletivas — aquelas que não são urgentes e podem ser programadas. A identificação da lista será por meio do número da identidade do paciente.



# Vai à Câmara diploma para professor de educação física

Proposta foi aprovada em turno suplementar pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Só estão livres da exigência docentes de escolas rurais e de cidades com população menor que 5 mil habitantes

FOI APROVADO ONTEM na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em turno suplementar, projeto que exige diploma de licenciatura em educação física para professores da disciplina. O substitutivo ao PLS 488/2015 foi votado na semana passada e agora seguirá para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para análise em Plenário.

Hoje a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 1996) flexibiliza esse critério para a educação infantil e nos quatro primeiros anos do ensino fundamental. Com a proposta, somente ficam livres da exigência os professores de escolas rurais e núcleos urbanos com população inferior a 5 mil habitantes, a quem a habilitação será apenas recomendada, não exigida.

O projeto, do senador Romário (Podemos-RJ), cria normas para a promoção do esporte em escolas de educação básica e determina que a União, os

estados, o Distrito Federal e os municípios apoiem jogos escolares como forma de promoção do desporto escolar.

Para que a proposta seja viabilizada, o texto prevê que a formação do professor de educação física incluirá habilitação para o treinamento desportivo. O orçamento deverá priorizar a destinação dos recursos para o desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento. Com isso, abre-se a possibilidade de treinamento

dos jovens para performance de alto rendimento.

Desporto escolar é entendido no projeto como “a totalidade das práticas desportivas desenvolvidas na escola, independentemente de a manifestação desportiva ser de rendimento, educacional ou de participação”.

O substitutivo ao projeto, oferecido pela senadora Leila Barros (PSB-DF), prevê a exigência de que o professor passe por curso de atualização a cada cinco anos.



Ao lado de Lasier, a autora de substitutivo, Leila, quer cursos de atualização

## Texto sobre universidade comunitária vai a Plenário

Foi aprovado ontem na Comissão de Educação (CE) projeto que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para incluir as universidades comunitárias entre as entidades que podem fazer indicações no processo de consulta para a escolha dos membros da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

De Jorginho Mello (PR-

-SC), o Projeto de Lei (PL) 3.509/2019 propõe a atualização da composição do sistema federal de ensino, para incluir as instituições privadas que foram criadas pelo poder público, e da classificação das categorias administrativas das instituições de ensino, para esclarecer que a qualificação como profissional e a certificação como filantrópica, podem abranger tanto as ins-

tituições de ensino privadas quanto as comunitárias.

O relator na CE, Dário Berger (MDB-SC), é favorável. Para ele, “é louvável o propósito do PL de valorizar as instituições de educação superior comunitárias, bem como de tornar mais clara e atual, por conseguinte, a classificação das instituições de ensino, conforme sua categoria administrativa”.

## Ituporanga (SC) pode ser Capital Nacional da Cebola

O município de Ituporanga, em Santa Catarina, pode se tornar a Capital Nacional da Cebola. O PLC 95/2018 foi aprovado ontem na Comissão de Educação (CE) e segue para análise do Plenário.

A cidade concentra descen-

tes de imigrantes açorianos e alemães, que desenvolveram o cultivo da cebola na região. O município é hoje o maior produtor do país, com 100 mil toneladas por ano.

— Ituporanga contribui para levar à mesa dos brasileiros um

produto que é valorizado desde a Antiguidade — disse o relator, Dário Berger (MDB-SC).

Jorginho Mello (PL-SC) destacou ainda a realização da tradicional Festa da Cebola em Ituporanga, iniciada em 1981 e concorrida até os dias de hoje.

## Colegiado acata texto que regula esportes eletrônicos

A Comissão de Educação (CE) aprovou em turno suplementar o Projeto de Lei do Senado (PLS) 383/2017, que propõe o reconhecimento, o fomento e a regulamentação dos esportes eletrônicos (os chamados *e-sports*) no Brasil. O texto segue para a Câmara, se não houver recurso para análise em Plenário.

Os *e-sports* são as atividades competitivas envolvendo jogos de videogame, computador e outros equipamentos.

A proposta, de Roberto Rocha (PSDB-MA), foi aprovada na forma de substitutivo pelo senador Davi Alcolumbre

(DEM-AP), aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e confirmado na CE pelo relator, Eduardo Gomes (MDB-TO).

Ele retirou da proposta, por considerar vício de injuridicidade, a criação do Dia do Esporte Eletrônico e acatou sugestão de Eduardo Girão (Podemos-CE), para que o jogo com conteúdo violento, de cunho sexual, que propague mensagem de ódio, preconceito ou discriminação ou que faça apologia ao uso de drogas, não seja considerado esporte eletrônico.

## Avança proposta que isenta de IR premiações artísticas e culturais

Prêmios de cunho artístico e cultural podem ficar isentos do Imposto de Renda (IR) Pessoa Física. A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto com esse teor, que agora segue para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em decisão terminativa.

De acordo com o PLS 302/2017, para a isenção do imposto, a premiação deverá ser outorgada por uma comissão de no mínimo três pessoas, a escolha do premiado será submetida a avaliação e seu resultado

deverá ser público.

A proposta é de Lasier Martins (Podemos-RS), que considera injusto classificar como “proventos de qualquer natureza” para fins tributários os valores recebidos como prêmio artístico e cultural.

— Na maioria dos casos o valor da premiação é muito irrisório, não causaria dificuldades ao governo — afirmou o senador.

O relatório da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) pela aprovação do projeto foi lido pelo senador Flávio Arns (Rede-PR).

## Nome de Margarida Alves pode ir para Livro dos Heróis da Pátria

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto que inscreve o nome de Margarida Alves no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. A proposta segue para análise em Plenário.

O PLC 63/2018, da deputada Maria do Rosário (PT-RS), foi relatado pelo senador Paulo Paim (PT-RS). O livro está depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

A líder sindical Margarida Alves nasceu em agosto de 1933 e morreu em agosto de 1983. Ela foi assassinada por latifundiários na porta de casa, em Alagoa Grande (PB). Margarida lutava por direitos básicos dos trabalhadores rurais, como carteira de trabalho assinada e férias. Em 2000, em homenagem a ela, foi criada a Marcha das Margaridas, mobilização de trabalhadoras rurais.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luís Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### Secretaria de Comunicação Social

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burtle  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editores-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Comissão aprova nomes para Catar e Grécia

As indicações de Luiz Alberto Figueiredo e Roberto Abdalla para as embaixadas em Doha e em Atenas, respectivamente, seguem agora para análise do Plenário do Senado

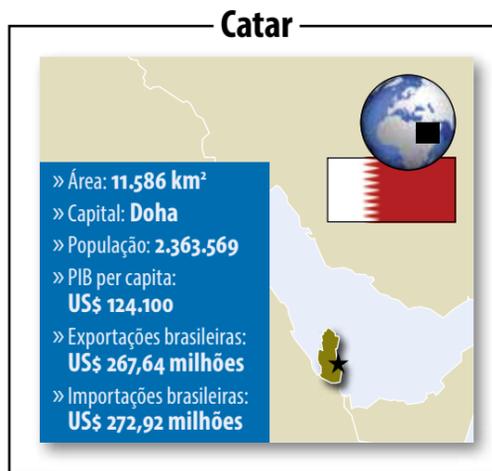
A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem as indicações dos novos embaixadores do Brasil no Catar e na Grécia. Os nomes de Luiz Alberto Figueiredo e Roberto Abdalla ainda precisam ser aprovados no Plenário.

Figueiredo foi ministro das Relações Exteriores entre 2013 e 2014, durante a gestão da ex-presidente Dilma Rousseff. Depois, atuou como embaixador em Washington e Lisboa. O diplomata foi indicado para a embaixada em Doha, capital do Catar, uma monarquia absolutista localizada na costa nordeste da Península Arábica. O país tem 2,8 milhões de habitantes, dos quais 88% são estrangeiros, 1,2 mil deles, brasileiros. O Catar detém a maior renda per capita do mundo e

uma economia dependente do comércio de petróleo e gás, que responde por 65% da renda nacional.

— O Catar é o maior exportador de gás liquefeito do mundo. Toda essa riqueza foi usada também para a modernidade, a cultura e a educação. Hoje o Catar é um país plenamente alfabetizado e com pleno emprego — destacou Figueiredo em sabatina na comissão.

O intercâmbio comercial bilateral cresceu 419% entre 2007 e 2015, quando alcançou a cifra de US\$ 1,3 bilhão. O saldo da balança comercial mostrou-se favorável ao Brasil até 2011, tendo apresentado deficit a partir de 2012, em razão das crescentes importações brasileiras de gás natural e fertilizantes. O Brasil exporta principalmente minério de ferro, alumina e



Fonte: CIA World Factbook e Ministério da Economia

produtos alimentícios, com destaque para o frango. Em 2022, o Catar vai sediar a Copa do Mundo.

— A Copa do Mundo pode ser usada por nós como vitrine. O Catar tem cerca de US\$ 320 bilhões em ativos no exterior. Estima-se que, no Brasil, o

país tenha um estoque de investimentos de US\$ 5 bilhões em várias áreas, como companhias aéreas, óleo e gás e nos setores imobiliário e financeiro.

O relator na CRE foi o senador Esperidião Amin (PP-SC).

## Grécia

O diplomata Roberto Abdalla, indicado para a embaixada na Grécia, já atuou como embaixador no Kuwait e no Catar.

Cerca de 4 mil brasileiros vivem na Grécia, que recebe aproximadamente 60 mil turistas brasileiros por ano. Em 2018, o Brasil teve o primeiro deficit comercial com a Grécia, de US\$ 500 mil. Do lado das exportações brasileiras, houve expansão nas vendas de tabaco,

que saltaram de US\$ 15,4 milhões em 2017 para US\$ 26,4 milhões em 2018.

Abdalla destacou que a Grécia enfrenta uma crise financeira que reduziu a economia do país em 25% desde 2009. A previsão é de que o país cresça 1,8% em 2019, após um acordo com o Banco Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional, que permitiu o repasse de 280 bilhões de euros ao país.

— Em troca dessa ajuda financeira, a Grécia se viu obrigada a estruturar sua economia. Foram tomadas medidas de austeridade e iniciadas reformas liberalizantes — disse.

A indicação de Roberto Abdalla foi relatada por Zequinha Marinho (PSC-PA).



Luiz Alberto Figueiredo, o presidente da CRE, Nelsinho Trad, e Roberto Abdalla durante sabatina na comissão

## Monitoramento de fronteiras ainda é frágil por falta de verbas, aponta debate

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), mantido pelas Forças Armadas, pode se tornar obsoleto antes mesmo de ser totalmente implantado, por falta de recursos. O alerta foi feito ontem pelo chefe do Escritório de Projetos do Exército, general de divisão Ivan Ferreira

Neiva Filho, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O objetivo do Sisfron é fortalecer a presença do Estado nas fronteiras, contribuindo para o combate ao tráfico de drogas, pessoas e armas, por exemplo.

Iniciado em 2012, com orçamento inicial de R\$ 12

bilhões, o Sisfron só recebeu R\$ 2 bilhões até agora. Até dezembro, estão previstos R\$ 220 milhões para o projeto. A limitação orçamentária pode quebrar o sistema, de acordo com o general Neiva.

— Das nove fases do programa, temos apenas a primeira [completa] e parte da estrutura

seguinte implantadas. A falta de recursos nos obrigou a fazer um remanejamento e adiar a entrega dessa solução importante para o país para 2035, o que poderá, inclusive, torná-la antiquada — lamentou.

O presidente da CRE, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), disse que emenda aprovada

pela Comissão de Constituição e Justiça ao Orçamento de 2019 será destinada ao fortalecimento de segurança nas fronteiras.

— Queremos aprimorar o combate à criminalidade e o fortalecimento das ações integradas de combate aos ilícitos característicos da nossa região de fronteira — explicou.

## Governo e senadores divergem sobre acordo entre Mercosul e União Europeia

Técnicos do Ministério da Economia disseram ontem, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que o acordo fechado recentemente entre Mercosul e União Europeia trará ganhos significativos para o produto interno bruto (PIB), atração de investimentos e modernização de amplos setores do país.

— O PIB brasileiro aumentará US\$ 500 bilhões em 15 anos através da desoneração tarifária. Nossa corrente comercial com a Europa crescerá em R\$ 1 trilhão e atrainos R\$ 450 bilhões em novos investimentos europeus neste mesmo período — afirmou o secretário de Comércio Exterior, Lucas Ferraz.

No entanto, diversos senadores avaliaram que o governo

ainda deve manter cautela enquanto o acordo não entrar em vigor, uma vez que ele depende da aprovação de diversas instâncias políticas nos dois lados.

Para Confúcio Moura (MDB-RO), a Europa agilizou as conversas que já se arrastavam há 20 anos, porque detectou que Brasil e Argentina estão frágeis economicamente e, portanto, com pouca margem de manobra nas negociações. O presidente da CAE, Omar Aziz (PSD-AM), avaliou que o acordo pode ser prejudicial para a indústria nacional.

— Será que nossa indústria automobilística tem condições de competir com a produção europeia, ou vamos perder até o mercado interno? E no geral, o que vamos exportar

para a Europa em termos de tecnologia de ponta? Nada, porque não temos e não vamos ter. Vamos exportar só agronegócio — lamentou Omar.

### Carne argentina

Também sobre a exportação de produtos primários houve reparos. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) reclamou que a cota argentina de exportação de carne vermelha será muito superior à brasileira. Ele também teme a resistência que a França tem manifestado em torno do acordo, pois o país subsidia fortemente sua agricultura, o que vai requerer cuidado do Brasil em relação ao texto final a ser implantado.

O governo reconhece que o acordo será desafiador para a indústria nacional, mas afirma

que também abre uma relevante janela de oportunidades. Ferraz disse que o Mercosul terá, no geral, cinco anos a mais para adotar as tarifas liberalizantes na comparação com a Europa. O setor automobilístico brasileiro, por exemplo, só adotará a tarifa zero após 15 anos, por meio de quedas graduais. O mesmo se dará com alguns outros setores industriais, enquanto a Europa terá dez anos para fazer o mesmo.

Ele afirmou também que uma maior inserção do Brasil nas cadeias globais de comércio vai beneficiar a indústria nacional, contribuindo para a maior competitividade do setor. Segundo Ferraz, 60% do comércio internacional flui hoje por cerca de 300 acordos

internacionais, enquanto o Brasil fez só o acordo do Mercosul, que o secretário classificou como uma união aduaneira imperfeita. Para ele, a indústria nacional poderá ganhar com a maior possibilidade de importar componentes.

— A indústria chegou a representar 30% do PIB [brasileiro] no final da década de 1970. Hoje mal bate em 10%. O problema é estrutural, porque a participação do setor cai de forma contínua há 40 anos. Vários fatores causaram isso, como uma queda brutal nos investimentos e o manicômio tributário. Mas o fato é que o Brasil não acompanhou as cadeias globais de produção que se estabeleceram nos últimos 40 anos — disse.



Em debate dirigido por Paulo Paim (C), Osmar Terra disse que liberação aumentou violência em outros países

## Uso medicinal da maconha opõe governo e famílias

Ministro da Cidadania, Osmar Terra, reforçou a posição do governo contra a regulamentação do uso medicinal da maconha. Para ele, o uso medicinal e o plantio doméstico podem ser a porta para o vício

NO QUE DEPENDER da vontade do governo, as famílias que defendem a regulamentação da maconha para uso medicinal não terão autorização a cultivar a *Cannabis sativa*, de onde se extrai componentes medicinais. Em audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o ministro da Cidadania, Osmar Terra, reforçou a política proibicionista e afirmou que a liberação do plantio vai “abrir as portas para o consumo generalizado de drogas”. Mas pais e mães de crianças que sofrem com uma série de doenças e condições como o autismo pedem que o Congresso autorize o cultivo da maconha.

A audiência foi convocada para debater uma sugestão popular que propõe a regulamentação da maconha medicinal no Brasil (SUG 6/2016). Hoje plantar *Cannabis* é proibido e o uso de derivados da maconha, independentemente da finalidade, é dificultado pela legislação. Porém, algumas associações e familiares de pacientes conseguiram autorizações na Justiça para a produção do extrato de canabidiol.

O uso terapêutico de componentes da *Cannabis* reduz sintomas de doenças como convulsões, epilepsia e dores. O canabidiol é usado para o tratamento de doenças como a esclerose múltipla, Parkinson, dores crônicas, entre outras.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) permite o registro de medicamentos feitos com substâncias como canabidiol e tetrahydrocannabinol (THC), mas só um produto importado conseguiu

essa autorização até agora. A maioria dos pacientes que recebe prescrição médica de tratamentos com derivados da *Cannabis* tem que pedir liberação da Anvisa para importar o produto. O problema, porém, é o custo. Um tratamento por três meses custa R\$ 2 mil.

Contra a liberação, o ministro afirmou que a maconha é a porta de entrada para outras drogas e que 25% da população é muito vulnerável à dependência química. Osmar Terra afirmou que a regulamentação da maconha aumentou a violência e o número de acidentes no trânsito em vários países.

— Sei que há mães carinhosas preocupadas, que vão até o fim do mundo para aliviar o sofrimento dos filhos. Elas têm que ter o apoio necessário. Agora eu poderia fazer uma reunião com as mães que perderam filhos para a droga, que são muito mais numerosas.

Osmar Terra disse que cresceu o consumo de drogas por jovens em países que liberaram a maconha medicinal.

— Se abrir as portas do plantio, vai ter consumo generalizado. Se não se controla com a proibição, imagina controlar no detalhe? É o começo da legalização da maconha — afirmou.

### Posição contrária

O presidente da Aliança Verde, Rafael Evangelista, apresentou dados que contrariam o ministro. Segundo ele, não há evidência sobre o aumento do consumo de maconha em países que regulamentaram a *Cannabis* medicinal. Ele afirmou que o THC e outros componentes da maconha têm benefícios medicinais, não

apenas o canabidiol. Para Evangelista, a regulamentação não abre a porta para outras drogas.

— O contato com o mercado ilegal é que é a porta de entrada para drogas mais pesadas.

Ele e outros participantes da audiência defendem a aprovação do PLS 514/2017, que permite o cultivo e o preparo da *Cannabis* para uso medicinal. O texto, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) relatou que muitos países regulamentaram o uso do canabidiol, mas aqui a burocracia leva muitas famílias a importar o produto de forma ilegal. Ela relatou sua experiência com canabidiol, que a tem ajudado em dores musculares e no controle do corpo.

— Sou uma cidadã usuária que sabe o quanto é transformador na vida de outras pessoas. A gente não pode fechar essa porta — defendeu.

Eduardo Girão (Podemos-CE) disse temer que interesses comerciais contaminem a discussão. Para Styvenson Valentim (Podemos-RN), é preciso buscar uma proposta equilibrada para evitar que a liberação do cultivo abra caminho para desvios de plantas para outras finalidades. Zenaide Maia (Pros-RN) avaliou que o Estado não pode abrir mão de regulamentar o uso medicinal e garantir o acesso à população:

— Saúde é um direito e uma obrigação do Estado. Não deveria ser responsabilidade de uma mãe pesquisar e plantar no seu quintal. A responsabilidade é do Estado.

## Secretário debate uso da tecnologia na agricultura

O secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura, Fernando Camargo participa hoje de audiência pública da Comissão de Ci-

ência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater a contribuição da tecnologia para a agricultura no país.

O pedido de audiência é

do senador Chico Rodrigues (DEM-RR). Ao ouvir o ministro, a intenção dele é saber como a tecnologia contribui para a alta produtividade na agricultura brasileira.

## Colegiado pede que TCU realize auditoria sobre Fundo Amazônia

A Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC) aprovou ontem requerimento para que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize uma auditoria sobre os recursos que compõem o Fundo Amazônia. O pedido é do senador Marcio Bittar (MDB-AC).

O Fundo Amazônia financia projetos de combate ao desmatamento, conservação ambiental e sustentabilidade, principalmente na Floresta Amazônica, mas também em outros biomas tropicais. Com R\$ 1,1 bilhão já direcionados para iniciativas, o fundo é administrado pelo BNDES e tem como doadores os governos da Noruega e da Alemanha e a Petrobras. Para Bittar, o fundo tem servido para “comprar a soberania brasileira”. Na avaliação do senador, os países que con-

tribuem impõem condições de não exploração da região que prejudicam o desenvolvimento e a industrialização do país, numa “claríssima” interferência internacional sobre a Amazônia.

— No mundo inteiro, a transformação da vegetação nativa é sinal de riqueza. Tudo o que nós temos, de comida a aviões, foi a ação do homem transformando o ambiente natural. O que existe sobre a Amazônia é uma militância para deixá-la intocável — observou.

O presidente da CTFC, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), apoiou a aprovação do requerimento, afirmando que a análise do TCU permitirá aprofundamento do assunto.

— Como fiscais dos recursos públicos, não podemos nos basear em ouvir dizer — afirmou o senador.

## Comissão fará ciclo de debates sobre o papel da Petrobras

Os investimentos da Petrobras em vários estados e o papel da empresa no desenvolvimento regional serão discutidos em ciclo de debates, segundo requerimento aprovado ontem na Comissão de Infraestrutura (CI).

Para o autor, senador Jean Paul Prates (PT-RN), a Petrobras, em mais de meio século de existência, desempenhou funções além de seu papel no setor energético e é preciso detalhar quais as consequências das mudanças estratégicas para as comunidades. Haverá reuniões em pelo menos uma cidade de cada região do país.

— Estamos vivendo um período de revisão do papel da Petrobras na nossa economia. Estão sendo vendidas subsidiárias, há remanejamentos. Queremos trazer o

debate para as regiões, onde a empresa é capilarizada e tem importante presença na economia local. Queremos discutir os investimentos, como atua, as possíveis consequências de vender ativos ou de deixar de estar presente nessas regiões — defendeu.

Alternativas que permitam a redução da tarifa do transporte público coletivo urbano também serão objeto de debate na CI, a pedido do senador Nelsinho Trad (PSD-MS). Para ele, as políticas públicas de transporte e mobilidade urbana não têm se mostrado efetivas para conter a elevação das tarifas de ônibus urbanos nos últimos anos, o que prejudica o usuário do serviço de transporte e repercute na renda familiar em momentos de crise financeira.

## Ministro falará em audiência sobre candidaturas laranjas

A Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC) receberá no dia 6 de agosto o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio. Ele será inquirido sobre as acusações de ter participado de um esquema de candidaturas laranjas nas eleições.

O presidente da CTFC, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), comunicou ontem que recebeu um ofício confirmando a vinda do ministro.

O diretório do PSL em Minas Gerais, que é presidido

por ele, é acusado de lançar candidaturas laranjas de mulheres para cumprir a cota e desviar os recursos para outras campanhas.

### Audiências públicas

A CTFC também aprovou a convocação de duas audiências: uma sobre a inflação nos valores de planos de saúde entre 2000 e 2018 e outra sobre prazos e garantias do Código de Defesa do Consumidor. Os requerimentos são de Rodrigo Cunha.